

## QUESTÕES OBJETIVAS

### 1. Assinale a alternativa correta, de acordo com a Constituição da República.

a) A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito, no qual se tem como objetivos fundamentais da República, construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

b) Sobre o as relações internacionais a República Federativa do Brasil rege-se em seus princípios pela prevalência do estado policial, intervenção estatal federal nas comunidades pobres, defesa da paz, repúdio ao terrorismo.

c) A Ação Direita de Inconstitucionalidade, ADIN, se trata de recurso interposto nos Tribunais dos Estados, ou nos Tribunais Regionais Federais, contra acórdão de recurso advindo de primeiro grau, isto é, Recurso de Apelação, ou Agravo de Instrumento, se houver ofensa à Constituição Federal.

d) O Princípio da Igualdade está previsto no caput do art. 5º da Constituição Federal, mas trata-se de princípio formal, por este motivo homens e mulheres podem sofrer diferença de tratamento nos termos da lei, onde a primazia das decisões passa pelo patriarcado com foco na figura masculina.

e) Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem previa cominação legal, salvo nos casos de terrorismo, crimes que estejam previstos na Lei de Segurança Nacional e em caso de intervenção federal nos estados.

### 2. O art. 4º da Constituição Federal estabelece princípios que a República Federativa do Brasil deve observar em

### suas relações internacionais. Assinale a alternativa incorreta.

a) Independência Nacional;

b) Solução pacífica dos conflitos;

c) Cooperação entre os povos para progresso da humanidade;

d) Excepcionalidade na intervenção em outros países;

e) Prevalência dos direitos humanos.

### 3. Assinale a afirmativa correta:

a) São direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição Federal: propriedade privada indissolúvel; moradia; transporte; segurança; atendimento policial; proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

b) São direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição Federal: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância; a assistência aos desamparados.

c) De acordo com o art. 5º, XLVII da Constituição Federal, não haverá penas: de morte e de trabalhos forçados, salvo em caso de guerra declarada.

d) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença, salvo em caso de apresentações artísticas quando ofenderem a moral considerando o homem médio brasileiro, hipótese em que os teatros e museus têm obrigação de restringir o público considerando a classificação indicativa.

e) Estão previstos no art. 5º da Constituição Federal a possibilidade de suspensão de direito políticos em caso de intervenção federal nos estados, podendo estabelecer as seguintes medidas de segurança sobre o



cidadão: liberdade vigiada; proibição de frequentar determinados lugares, domicílio determinado.

#### **4. Sobre a Defensoria Pública assinala a alternativa que melhor represente os princípios e finalidades da instituição.**

a) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, que, direta, ou indiretamente, representa a União, ou estados, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos dos poderes executivo e legislativo.

b) São princípios institucionais da Defensoria Pública, a unidade, a indivisibilidade e a subordinação os governadores dos estados em sua organização.

c) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente a promoção dos direitos individuais ou coletivos indisponíveis.

d) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma da própria Constituição Federal.

e) São objetivos da Defensoria Pública: a primazia da dignidade da pessoa humana e redução das desigualdades sociais; a afirmação do Estado Democrático de Direito; a prevalência e efetividade dos direitos de propriedade; a garantia do primado do poder executivo, garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

#### **5. Nos termos da Deliberação 01/2014 do Conselho Superior da Defensoria Pública**

**do Estado do Paraná, são proibições atinentes aos estagiários da Defensoria Pública do Paraná, exceto:**

a) Receber vantagens de qualquer espécie como condição para o exercício das atividades próprias do estágio.

b) Revelar fato ou informação de natureza sigilosa de que tenha conhecimento.

c) Debater assuntos jurídicos pertinentes as atividades designadas para seus cuidados com demais colegas.

d) Atender pessoas estranhas ao estágio para tratar de assuntos particulares.

e) Retirar objetos ou empregar materiais e bens da unidade concedente, em serviço particular, sem prévia autorização superior.

#### **6. Assinale dentre as medidas abaixo, qual delas não consta no rol do art. 101 do ECA, que dispõe sobre as medidas de protetivas.**

a) encaminhamento aos pais mediante termo de responsabilidade;

b) requisição de tratamento psiquiátrico em regime hospitalar;

c) acolhimento institucional;

d) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

e) internação.

#### **7. De acordo com o ECA, antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, a concessão da remissão como forma de exclusão do processo compete:**

a) à autoridade policial;

b) à autoridade judiciária;

c) ao Ministério Público;

d) ao Conselho Tutelar.

e) à Defensoria Pública.



**8. Dispõe o Art. 83 do ECA que: Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial. Conforme o § 1º, a autorização não será exigida quando:**

- a) viajar na companhia de pessoa maior de idade, sem necessidade de outras formalidades;
- b) viajar na companhia de ascendente ou colateral maior, até o quarto grau, sem necessidade de outras formalidades;
- c) se tratar de viagem a qualquer unidade da Federação, dispensada autorização dos pais;
- d) se tratar de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana.
- e) tratar-se de viagem internacional.

**9. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta em relação às medidas socioeducativas:**

- a) São aplicadas aos atos infracionais equiparados ao crime, cometidos dos 10 aos 18 anos;
- b) São aplicadas aos atos infracionais equiparados ao crime, cometidos dos 11 aos 18 anos;
- c) São aplicadas aos atos infracionais equiparados ao crime, cometidos dos 12 aos 18 anos;
- d) São aplicadas aos atos infracionais equiparados ao crime, cometidos dos 12 aos 21 anos.
- e) São aplicadas aos atos infracionais equiparados ao crime, cometidos dos 10 aos 21 anos.

**10. Conforme a Lei nº 8.069/90, assinale a alternativa correta sobre a guarda, a tutela e a adoção:**

- a) A morte dos adotantes restabelece o poder familiar dos pais naturais;

b) A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais;

c) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida liminarmente nos procedimentos de adoção por estrangeiros;

d) O deferimento da tutela não implica o dever de guarda, e independe da perda ou suspensão do poder familiar;

e) A guarda, uma vez deferida, não poderá ser revogada.

**11. Quanto ao direito de família, analise as afirmativas a seguir:**

**I.** A guarda compartilhada não exclui a fixação do regime de convivência e não implica ausência do pagamento de pensão alimentícia.

**II.** Qualquer descendente possui legitimidade, por direito próprio, para propor o reconhecimento do vínculo de parentesco em face dos avós ou de qualquer ascendente de grau superior, ainda que o pai não tenha iniciado a ação de prova da filiação em vida.

**III.** A obrigação alimentar dos avós tem natureza subsidiária, somente se configurando no caso de impossibilidade total de seu cumprimento pelos pais.

**IV.** O cancelamento do pagamento de pensão alimentícia a filho que atingiu a maioridade está sujeito à decisão judicial, mediante contraditório, ainda que nos próprios autos.

**Estão corretas as afirmativas:**

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I e II, apenas.

**12. “Mulher Maravilha”, dona de casa e “Homem Aranha”, jogador de futebol, romperam o relacionamento amoroso que mantinham há nove anos, durante o**



qual nasceu “Frozen”. Na vigência da relação, “Mulher Maravilha” dedicava-se a cuidar da filha, matriculada em uma escola particular de elite, e da casa em que moravam, em um condomínio fechado em um bairro nobre do Rio de Janeiro. Sem chegarem a um acordo sobre como viabilizar o sustento da menor, “Mulher Maravilha” promove ação de alimentos na qual pede a prestação mensal no valor de R\$ 6 mil.

Ocorre que, no decorrer do trâmite da ação, “Homem Aranha” renova o contrato de trabalho com o clube em que competia por um valor três vezes maior ao que recebia anteriormente. Ao fim do processo, o juiz decide fixar em R\$18 mil o valor da obrigação alimentícia devida por “Homem Aranha”.

Considerando a situação apresentada:

- a) o valor fixado na decisão observa o princípio da prioridade na tramitação da ação.
- b) a decisão é nula, pois viola o princípio da congruência.
- c) a decisão é citra petita e viola o princípio dispositivo.
- d) a decisão é extra petita, pois o juiz não fica adstrito ao pedido feito pelo autor.
- e) a fixação da obrigação alimentar não é adstrita ao valor pedido pelo autor.

**13. Far-se-á averbação em registro público, exceto:**

- a) das sentenças que decretarem a nulidade do casamento.
- b) das sentenças que decretarem divórcio.
- c) a sentença declaratória de ausência.
- d) as sentenças que decretarem separação judicial.
- e) dos atos judiciais que reconhecerem a filiação.

**14. Josef K. se dirigiu à sede da Defensoria Pública de Maringá para ingressar com Ação de Alimentos em face de seu genitor. Foi atendido pelo estagiário Max, que perguntou a ele qual**

**era o domicílio correto do genitor, a fim de que a citação não seja frustrada.**

Responda a alternativa correta quanto ao assunto domicílio de acordo com o Código Civil:

- a) Não tem domicílio necessário o servidor público;
- b) Tem domicílio necessário o preso;
- c) Se a pessoa exercer profissão em lugares diversos, cada um deles não constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem;
- d) O domicílio da pessoa natural não é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo;
- e) É considerado domicílio necessário do incapaz o lugar designado judicialmente.

**15. Joana era companheira de Antônio, sem formalização, por documento escrito, da relação. Ao longo da união estável, iniciada, quando ambos não tinham bens próprios, o casal teve quatro filhos e amealhou considerável patrimônio comum.**

Diante do falecimento de Antônio, a Joana caberá:

- a) metade dos bens do casal;
- b) metade do que couber a cada um dos filhos;
- c) metade dos bens do casal e um quinto da meação de Antônio;
- d) um quarto dos bens do casal;
- e) metade dos bens do casal e um quarto da meação de Antônio.

**16. A respeito da Defensoria Pública, assinale a alternativa correta.**

- a) A requerimento da Defensoria Pública, o juiz determinará a intimação pessoal da parte patrocinada quando o ato processual depender de providência ou informação que somente por ela possa ser realizada ou prestada.
- b) Os escritórios de prática jurídica das faculdades de direito, reconhecidas na forma da lei, que prestam assistência jurídica gratuita, não gozam do benefício do prazo em dobro para manifestações no processo.



c) O seu membro será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções.

d) Gozará de prazo em dobro para recorrer e em quádruplo para contestar.

e) A contagem do prazo para sua manifestação terá início com a intimação do defensor público pelo diário da justiça eletrônico, em se tratando de autos judiciais físicos.

**17. Sobre a competência, é correto afirmar.**

a) Para as ações fundadas em direito pessoal sobre imóveis é competente o foro de situação da coisa.

b) A ação fundada em direito pessoal sobre bens móveis será proposta no foro de situação da coisa.

c) A ação possessória imobiliária poderá ser proposta no foro de situação da coisa ou no domicílio do réu.

d) A execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência

e) É competente o foro de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda para as causas em que seja autor o Estado ou o Distrito Federal.

**18. No que toca ao tratamento legal da tutela provisória, pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.**

a) As tutelas provisórias de urgência e de evidência podem ser requeridas pela via incidental ou antecedente.

b) Para a efetivação da tutela provisória, o magistrado encontra-se adstrito às técnicas típicas de execução previstas pelo próprio Código de Processo Civil.

c) A caução real ou fidejussória é imprescindível para a concessão de tutela de evidência.

d) Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, pode

o autor requerer a tutela de urgência em caráter antecedente, hipótese em que deverá demonstrar a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

e) Uma das hipóteses para a concessão de tutela de evidência, prevista no Código de Processo Civil é que a matéria controvertida seja unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total procedência em casos idênticos.

**19. A desistência da ação pode ser apresentada**

a) a qualquer momento.

b) até a audiência de instrução e julgamento.

c) até a sentença.

d) até a apresentação da contestação.

e) até o despacho saneador.

**20. Pelo Código de Processo Civil de 2015, são cabíveis os seguintes recursos:**

a) apelação, agravo de instrumento, agravo interno, embargos de declaração, embargos infringentes, recurso ordinário, recurso especial, recurso extraordinário, agravo em recurso especial ou extraordinário e embargos de divergência.

b) apelação, agravo de instrumento, agravo interno, embargos de declaração, recurso ordinário, recurso especial, recurso extraordinário, agravo em recurso especial ou extraordinário e embargos de divergência.

c) apelação, agravo de instrumento, agravo interno, embargos de declaração, embargos infringentes, reclamação, recurso ordinário, recurso especial, recurso extraordinário, agravo em recurso especial ou extraordinário e embargos de divergência.

d) apelação, agravo de instrumento, agravo interno, embargos de declaração, reclamação, recurso ordinário, recurso especial, recurso extraordinário, agravo em recurso especial ou extraordinário e embargos de divergência.



e) apelação, agravo de instrumento, agravo interno, embargos de declaração, reclamação, conflito de competência, recurso ordinário, recurso especial, recurso extraordinário, agravo em recurso especial ou extraordinário e embargos de divergência.

**21. (CESPE/TRE-TO/2017 Analista Judiciário/Área Judiciária) A respeito das penas e das medidas de segurança, assinale a opção correta:**

- a) A atenuante da confissão espontânea é preponderante em relação à reincidência, impossibilitando a compensação plena entre uma e outra na segunda fase da dosimetria.
- b) São espécies de penas privativas de liberdade a reclusão, a detenção, a prisão simples e a prisão especial.
- c) São espécies de penas restritivas de direitos a prestação de serviços à comunidade, a interdição temporária de direitos e a obrigação de reparar o dano causado pelo crime.
- d) São princípios constitucionais aplicáveis à pena a personalidade ou responsabilidade pessoal, a legalidade, a inderrogabilidade, a proporcionalidade, a individualização e a humanização.
- e) A duração da medida de segurança é por tempo indeterminado, e o condenado só será liberado depois que perícia médica atestar a cessação de sua periculosidade.

**22. (FCC/DPE-AM/2018/Analista Jurídico) Sobre a extinção da punibilidade:**

- a) O perdão judicial independe de lei, pois é realizado por meio de Decreto Presidencial.
- b) No caso de concurso de crimes, o cálculo da prescrição incide sobre a somatória das penas.
- c) Ao contrário da renúncia ao direito de queixa, a decadência é causa de extinção da punibilidade.
- d) O prazo de prescrição é reduzido pela metade quando o agente for maior de setenta anos na data da sentença.

e) Em caso de revogação do livramento condicional, a prescrição da pretensão executória é regulada pelo total da pena imposta.

**23. (FGV/AL-RO/2018/Advogado/Adaptado) Após intenso debate político repleto de ofensas, Ana, 40 anos, e Maria, 30 anos, iniciam uma longa discussão. Ana, revoltada com o comportamento agressivo de Maria, arremessa uma faca em direção a esta com a intenção de causar sua morte, mas a arma branca acaba por atingir Joana, adolescente de 13 anos, que passava pela localidade, sendo o golpe de faca no coração a causa eficiente de sua morte.**

Descobertos os fatos pelo Ministério Público, considerando apenas as informações narradas, é correto afirmar que Ana deverá ser responsabilizada pelo crime de homicídio:

- a) Doloso consumado sem a causa de aumento da idade da vítima, em razão do erro de execução.
- b) Culposo consumado, em razão do erro sobre a pessoa.
- c) Culposo consumado, em razão do erro de execução.
- d) Doloso consumado sem a causa de aumento da idade da vítima, em razão do erro de pessoa.
- e) Consumado com a causa de aumento da idade da vítima, em razão do erro sobre a pessoa.

**24. (CONSULPLAN/TJ-MG/2018/Juiz de Direito Substituto/Adaptado). Fulano, conhecido nos meios policiais pela prática de crimes contra o patrimônio, decidiu abandonar temporariamente suas atividades delituosas após conhecer Beltrana, por quem se apaixonara. A moça, no entanto, conhecendo a má fama de Fulano, o rejeitou. Magoado, Fulano decidiu se vingar e, durante uma festa na casa de amigos em comum, colocou sonífero**



na bebida de Beltrana. Tão logo ela caiu no sono, Fulano a levou para um dos quartos e, aproveitando-se de que ninguém o observava, subtraiu todas as roupas de Beltrana, deixando-a nua, além de pilhar dinheiro e documentos que ela levava em sua bolsa. Em seguida, ele evadiu da festa, levando consigo todos os bens subtraídos. Nessa situação hipotética, conforme legislação aplicável ao caso, o Fulano pratica crime de:

- a) Roubo próprio
- b) Roubo impróprio
- c) Furto simples consumado.
- d) Furto qualificado pelo abuso de confiança.
- e) Extorsão

**25. (VUNESP/MPE-SP/2018/Analista Jurídico) Caio, dependente de substância entorpecente, para sustentar o vício, é quem busca a droga e repassa a seus amigos, também usuários. Caio paga a droga com o dinheiro dos amigos. Nunca cobrou nada pelo “serviço” de buscar a droga, ficando com parte dela para uso próprio. Em uma das vezes em que foi buscar a droga, no caso, maconha, acabou preso, com 100 g da substância.**

Diante da situação hipotética, e tendo em conta a parte penal da Lei de Drogas, assinale a alternativa correta:

- a) Caio, se condenado ao crime de tráfico (art. 33), terá a pena reduzida, por expressa previsão legal, em razão de a droga apreendida ser maconha.
- b) Caio, preso portando 100 g de entorpecente, mesmo que para uso próprio e compartilhado de amigos, não poderá ser incurso no tipo penal do consumo pessoal (art. 28) que, expressamente, limita a quantidade da droga em 50 g.
- c) Caio, sendo primário, sem maus antecedentes e por não integrar organização criminosa, se condenado ao

crime de tráfico, poderá ter a pena reduzida em até dois terços (art. 33, parágrafo 4º).

d) Caio não será acusado de tráfico de entorpecentes (art. 33), pois o tipo penal expressamente exige que as condutas nele previstas sejam realizadas mediante pagamento.

e) Caio, comprovado que a droga era de uso pessoal e compartilhado dos amigos, não praticou qualquer crime, pois o consumo pessoal de maconha, pela legislação atual de drogas, é descriminalizado.

**26. (FGV/TJ-SC/2018/Analista Jurídico) O Código de Processo Penal prevê uma série de institutos aplicáveis às ações penais de natureza privada.**

Sobre tais institutos, é correto afirmar que:

a) a renúncia ao exercício do direito de queixa ocorre antes do oferecimento da inicial acusatória, mas deverá ser expressa, seja através de declaração do ofendido seja por procurador com poderes especiais;

b) o perdão do ofendido oferecido a um dos querelados poderá a todos aproveitar, podendo, porém, ser recusado pelo beneficiário, ocasião em que não produzirá efeitos em relação a quem recusou;

c) a renúncia ao exercício do direito de queixa ocorre após o oferecimento da inicial acusatória, gerando extinção da punibilidade em relação a todos os querelados;

d) a decadência ocorrerá se o ofendido não oferecer queixa no prazo de 06 meses a contar da data dos fatos, sendo irrelevante a data da descoberta da autoria;

e) a perempção ocorre quando o querelante deixa de comparecer a atos processuais para os quais foi intimado, ainda que de maneira justificada.

**27. (Fundação La Salle/SUSEPE-RS/2017/Agente Penitenciário) Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for, EXCETO:**

- a) maior de 70 (setenta) anos.



- b) gestante.
- c) extremamente debilitado por motivo de doença grave.
- d) mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.
- e) imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência.

**28. (FCC/DPE-AM/2018/Defensor Público – Reaplicação) A monitoração eletrônica na execução penal**

- a) impõe ao monitorado deveres que, se violados, podem gerar a regressão de regime.
- b) pode ser determinada em caso de permissão de saída no regime semiaberto.
- c) é mecanismo de ressocialização a fim de se evitar a restrição da liberdade.
- d) foi implementada em 2010 e resultou em considerável redução da superlotação prisional no Brasil.
- e) é obrigatória para o cumprimento de prisão domiciliar.

**29. (CESPE/DPE-PE/2018/Defensor Público) André e Bruno, companheiros de cela em determinada penitenciária, são assistidos pela Defensoria Pública do Estado de Pernambuco. André cumpre pena de seis anos por furto qualificado e tem como antecedente criminal uma condenação de um ano e oito meses por crime culposo, já cumprida. Bruno, por sua vez, cumpre pena de nove anos por tráfico de drogas e não possui antecedentes criminais.**

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta a respeito do livramento condicional de André e Bruno.

- a) Bruno não fará jus ao livramento condicional, uma vez que foi condenado por crime equiparado a crime hediondo.
- b) Caso André cometa falta grave no cumprimento da pena, o prazo para seu livramento condicional será interrompido.
- c) A concessão do benefício do livramento condicional a André dependerá de ele cumprir um terço da pena e a Bruno de ele cumprir dois terços da pena.
- d) Apesar de ser hipossuficiente, André será beneficiado com o livramento condicional somente se reparar o dano causado em decorrência da prática do furto qualificado.
- e) Por ser reincidente, André atenderá ao requisito temporal para o livramento condicional apenas após ter cumprido metade da pena.

**30. (FCC/DPE-BA/2016/Defensor Público) Considerando as disposições constantes na Lei de Execuções Penais, no que toca às saídas dos condenados do estabelecimento prisional,**

- a) a permissão de saída pode ser deferida para os condenados dos regimes fechado e semiaberto, bem como aos presos provisórios.
- b) para que o condenado conquiste o direito às saídas temporárias, é necessário que atinja 1/6 da pena, se primário, e 1/2, se reincidente.
- c) as saídas temporárias poderão ser deferidas aos presos do regime fechado, mediante escolta, caso exista efetivo de servidores na comarca, para frequência a curso supletivo profissionalizante.
- d) as saídas temporárias serão deferidas pelo diretor da casa prisional.
- e) a permissão de saída não pode ser concedida pelo diretor do estabelecimento prisional para os condenados do regime fechado, pois nesse caso deverá haver autorização judicial.





<b>Nome completo:</b>	
<b>RG:</b>	<b>CPF:</b>
<b>Assinatura:</b>	

### QUESTÃO SUBJETIVA – Direito civil

Em agosto de 2010, a Lei 12.318 veio dispor sobre alienação parental. **Discorra a respeito do ato de alienação parental**, incluindo o seu conceito; formas; os direitos e garantias envolvidos, e as consequências jurídicas previstas.





<b>Nome completo:</b>	
<b>RG:</b>	<b>CPF:</b>
<b>Assinatura:</b>	

### QUESTÃO SUBJETIVA – Direito penal

Em julgamento realizado em 17 de fevereiro de 2016, o Supremo Tribunal Federal, no HC 126.292, alterou o entendimento que vigorava desde 2009, e passou a entender que *“A execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência”*. Considerando que o art. 5º da CF/88, dispõe em seu inciso LVII - *ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória*, **disserte sobre a (in)compatibilidade da execução provisória de acórdão penal condenatório e a presunção de inocência.**





Defensoria Pública  
do Estado do Paraná

**Defensoria Pública do Estado do Paraná**  
Sede de Maringá

---